

**II CONGRESSO INTERNACIONAL “ESCRAVATURA, ORFANDADE E POBREZA
FEMININAS NO IMPÉRIO COLONIAL PORTUGUÊS
(SÉCULOS XVI A XX)”**

20 a 22 de Novembro de 2006 – ISCAP

www.iscap.ipp.pt/congresso2006

A história da mulher encontra-se quase ausente da historiografia portuguesa, principalmente quando se procura investigar a marginalidade social feminina que, das escravas às órfãs, passando por outras situações de inferioridade social, se espalhava pelos espaços coloniais portugueses, do Brasil ao Extremo Oriente. É precisamente o que este projecto procura ultrapassar, investigando - sob um ponto de vista comparativo e multidisciplinar - a situação da mulher no espaço e no tempo, com especial atenção para os grupos que ajudaram a formar social e culturalmente as comunidades locais e sustentaram as estratégias de dominação social e de formação parental do império colonial português.

O I Congresso Internacional “Escravidão, Orfandade e Pobreza Femininas no Império Colonial Português (séculos XVI a XX)” decorreu no campus da Universidade Estadual de Feira de Santana, estado da Bahia, no Brasil, entre Agosto e Setembro de 2005.

Este II Congresso Internacional “Escravidão, Orfandade e Pobreza Femininas no Império Colonial Português (séculos XVI a XX)” marca a passagem do projecto pela Europa. Por tal, no ISCAP - Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Instituto Politécnico do Porto - esperamos oferecer a melhor imagem do nosso país, da nossa cidade, da nossa investigação científica e da nossa cultura a todos os investigadores nacionais e estrangeiros que hoje nos honram com a sua presença.

RESUMOS

1. Sessão Epistemológica Interdisciplinar

Reflexões Metodológicas sobre o uso da análise do discurso nos estudos da História Política Cultural

Giselda Brito Silva

Universidade Federal Rural de Pernambuco

Partindo do reconhecimento das possibilidades de abordagens múltiplas no campo da história na actualidade, é inquestionável a contribuição da Linguística para os estudos históricos. Partilhamos, historiadores e linguistas, dos mesmos objectos de estudo tais como os discursos, as falas, as narrativas, os textos, etc. Assim, entendemos que cabe ao historiador que se propõe a analisar acontecimentos do campo político, numa perspectiva interdisciplinar, procurar se aproximar da Linguística, no campo da Análise do Discurso (A.D.) para ampliar suas questões e discussões. Na abordagem da História Política e Cultural, essa aproximação mostra-se particularmente importante, dado que lidamos constantemente com as práticas discursivas e não discursivas entrelaçadas pelo jogo político.

Em nossa comunicação, pretendemos, então, trazer para o debate os momentos de encontro e desencontro da História com a Linguística, particularizando o campo da Análise do Discurso e suas possibilidades de leitura dos factos ligados à política de repressão. Nossas pesquisas, centradas na era Vargas e situadas na análise da repressão policial sobre um grupo tido como seu aliado, os integralistas, tem se utilizado de documentos produzidos pela polícia política e do referido movimento procurando mostrar como a repressão política se legitimou pelo campo discursivo. Entretanto, conforme procuraremos mostrar, as dificuldades ainda são grandes para os historiadores que desejam investir na interdisciplinaridade com a Linguística. O que pretendo apresentar é, então, uma síntese de nosso percurso teórico-metodológico, as dificuldades e os procedimentos de pesquisa possíveis num campo ainda em discussão. Procuraremos, ainda, mostrar como utilizamos, na actualidade, determinadas ferramentas da Análise do Discurso para estabelecer um estudo comparativo da relação histórica discursiva e cultural entre Brasil e Portugal no que se refere ao período salazarista *versus* varguista, ambos conhecidos como governos dos Estados Novos Ditatoriais do século XX.

Vozes femininas na queda do Império: *O Esplendor de Portugal* de António Lobo Antunes
Dalila Lopes
Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto

Esta comunicação dá conta de uma visão da queda do império colonial português, a de *O Esplendor de Portugal* de António Lobo Antunes. Parte-se do princípio de que a história das três gerações de colonos relatada no romance é um microcosmos da própria aventura colonial e da sua queda. Narrada predominantemente por vozes femininas, a queda é pré-anunciada e consuma-se quando o *indoors* (o espaço familiar onde se jogam as assimetrias de poder, os processos identitários e a pulsão para a perdição) é invadido pelo *outdoors*, i.e., o desmoronamento das estruturas produtivas, a guerra civil e a substituição dos colonizadores portugueses pelos russos, americanos e outros.

2. Escravatura Feminina

Coordenadoras: Maria de Deus Manso (Universidade de Évora) e Selma Pantoja (Universidade de Brasília).

Memórias da escravidão: as mulheres e o comércio humano nos jornais pernambucanos de 1850 a 1888

Ângela Grillo

Universidade Federal Rural de Pernambuco

Em meados do século XIX os jornais pernambucanos se encontravam repletos de anúncios de aluguel, de compra e de venda de escravas. Estes surgiam em grande quantidade, contendo detalhes específicos sobre cada uma dessas escravas. Elas tanto eram oferecidas em grupo como individualmente, sendo sempre informadas suas aptidões. As escravas, muitas vezes eram vendidas junto com outros objetos e/ou animais, já que eram consideradas mercadorias e como tais eram qualificadas. O seu preço dependia de vários fatores: a saúde, a idade, a concorrência, a especulação que havia em torno dela e a sua qualificação profissional. O sexo é uma questão que não se pode desprezar, visto que a mulher era considerada menos produtiva, fisicamente mais frágil e de envelhecimento mais rápido. Dessa forma, o homem era vendido em geral 25% mais caro do que a mulher. O presente texto busca analisar como essas mulheres ocupavam esse mercado de trabalho e como se comportavam diante dos desmandos da escravidão, já que os jornais também traziam notícias das fugas, dos suicídios e dos assassinatos que elas praticavam.

Mulheres escravas em São Tomé e Príncipe durante o primeiro período colonial (séculos XV-XVIII)

Arlindo Manuel Caldeira

CHAM, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa

Uma pesada cortina de silêncio esconde, praticamente em toda a parte e em todas as épocas históricas, o universo das mulheres, sobretudo quando são africanas e são escravas. O arquipélago de São Tomé e Príncipe (no golfo da Guiné) não é exceção, bem pelo contrário. No entanto, procedendo a uma releitura da documentação disponível e conjugando um grande número de informações pontuais, é possível desenhar um quadro com alguma nitidez da escravidão feminina nesse território colonial, no período que corresponde, na Europa, ao Antigo Regime. É o que tentaremos fazer na presente comunicação, em que partimos da situação da mulher livre no continente africano para a acompanharmos, em seguida, já com o estatuto de escrava, no seu quotidiano no trabalho e na família em pleno mundo colonial. Poderemos, assim, observar e procurar compreender o que muda e o que permanece nesse penoso trânsito. Não deixaremos, no entanto, de sublinhar a diversidade de situações que se esconde sob o estatuto comum: há que separar o mundo urbano do mundo rural, da mesma forma que há que distinguir a escrava doméstica da trabalhadora das fazendas.

Escravas Feiticeiras em Portugal na Época Moderna

Daniela Calainho

Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Esta comunicação tem por objetivo apresentar algumas considerações acerca das manifestações mágico-religiosas da população feminina de origem africana em Portugal entre os séculos XVI e XVIII. Os africanos e seus descendentes, fossem escravos ou libertos, trouxeram da África variados rituais e costumes, que foram por vezes considerados heréticos pela Igreja católica, e por isso condenados pelo tribunal da Inquisição portuguesa como práticas de feitiçaria. Neste rol de manifestações, encontramos práticas curativas, adorações de ídolos individualmente ou em grupo, uso de amuletos protetores, dentre outros, mesclados em alguns casos a elementos do cristianismo e da própria cultura europeia, demonstrando um importante mecanismo de reconstrução de uma nova identidade social e cultural fora da África.

Procuraremos abordar neste trabalho de que modo as escravas tentaram minimizar as mazelas de sua condição sócio-econômica por meio do uso de prática mágicas em seu cotidiano, tentando superar a dureza das relações escravistas a que eram submetidas. A documentação utilizada compõe-se dos processos inquisitoriais a que estas rés foram submetidas, analisando-a à luz dos conceitos desenvolvidos pelo historiador italiano Carlo Ginzburg, sobre circularidade dos níveis erudito e popular da cultura, e ainda sobre indícios etnográficos inerentes a estas fontes processuais.

Escravidão feminina, economia doméstica e estatuto social no vale do Zambeze no século XVIII

Eugénia Rodrigues

Instituto de Investigação Científica Tropical

Na sequência da expansão portuguesa na África Oriental, a extensa região do vale do Zambeze foi dividida em territórios - os prazos - administrados por uma elite originária de Portugal e da Índia e pelos seus descendentes mestiços. A par dos africanos livres, designados colonos, os escravos constituíam uma parte importante da população dos prazos do Zambeze. Totalizando entre dezenas e milhares de indivíduos por senhor, eles forneciam a grande parte do trabalho necessário à manutenção da sociedade colonial. As mulheres escravas desenvolviam diversas actividades, desde as que estavam ligadas à economia dos prazos às que eram exigidas pelo funcionamento do mundo doméstico.

Nesta comunicação, pretende-se analisar o papel das mulheres escravas no contexto doméstico. Nas casas senhoriais localizadas nos prazos ou nas estabelecidas nas vilas, a escravatura feminina providenciou parte da mão-de-obra usada na economia doméstica, assegurando tarefas distintas, frequentemente em razão de uma especialização adquirida desde a infância. Não obstante, as escravas não desempenhavam apenas funções laborais ou mesmo sexuais. Elas preenchiam igualmente funções simbólicas, associadas ao estatuto social dos seus senhores.

Enslaved Korean and Japanese Women in 16th Century Portuguese Asia: the role of the displaced in the early colonial context

Grazia Petrucci

University of British Columbia

My essay topic focuses on the displaced Korean women in Japan and in Portuguese Asia preceding and during Toyotomi Hideyoshi's invasion of Korea (Imjin wars of 1592-1598). My essay points out that in reality the value of these people was not only commercial, as cheap labor force that had to replace manpower lost during the civil wars that unified the country, but also cultural. The material culture transmitted to Japan is still nowadays visible in Southern Japan as there are potters' villages of Korean ancestry.

A number of Korean women slaves were taken by the Japanese to serve in Court and/or indoctrinated to the Christian faith by the Jesuit fathers that resided in the major trading harbors and towns. Some women became ladies in waiting while others became courtesans. According to Jesuits and Japanese records some became fervent Christians as Julia Ota, Marina Park and Lady Maxima. These ladies while living under Japanese domination did contribute to the spread of Christianity in the various fields where they were located. Slavery however, although later on not permitted to foreigners, was not unknown to Japan, as those people who traded with the Portuguese allowed the sale of women to merchants willing to settle in local harbors. Many of these Japanese women followed their men to other Asian harbors and became part of mercantile communities abroad and as such became part of a peripheral world, whose importance was seminal for the various centres of power represented by the Portuguese Empire, the Japanese in their territorial unification and for the whole East Asian Environ.

Contribuição dos “Anais de Vila Bela: 1734-1789” para o estudo da escravidão no império português

Leny Caselli Anzai

Universidade Federal de Mato Grosso

Os “Anais de Vila Bela” abordam ano a ano a história da Capitania de Mato Grosso no século XVIII, desde 1734, quando se deu “o primeiro descobrimento do sertão do Mato Grosso”, até 1789, ano em que terminou o governo de Luiz de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres, 4º. governador da capitania (1772-1789). Tudo indica que o ex-capitão general tenha levado uma versão integral do manuscrito a Portugal, onde permaneceu por 200 anos, até ser vendido à Newberry Library, nos Estados Unidos. Localizado no ano 2000, o manuscrito foi transcrito e recentemente publicado. Seus textos – escritos anualmente por vereadores da Câmara de Vila Bela da Santíssima Trindade, vila capital, fornecem informações privilegiadas sobre a configuração de uma sociedade localizada no centro oeste sul americano, região até agora ainda muito pouco estudada pela historiografia brasileira e portuguesa, apesar da riqueza de documentação à disposição.

Dos diversos núcleos narrativos que compõem os “Anais” destacamos dois: um relacionado à busca e apropriação do trabalho indígena, e outro relacionado à presença e atuação do escravo negro na região. Em relação aos índios, o documento demonstra como, devido à variedade de povos, culturas e situações de interação, no século XVIII não se pode falar em uma, mas em múltiplas histórias indígenas na capitania, com destaque à atuação das mulheres índias. Em relação aos negros, os “Anais” informam quando e como chegaram à área, preços, rebeliões, fugas de escravos para o lado espanhol, e a existência e o funcionamento de quilombos, como o Grande, comandado por Tereza de Benguela. Em suas 117 folhas manuscritas, os “Anais” oferecem registros sobre o cotidiano de

homens, mulheres e crianças – negros, índios, brancos, mestiços, em uma das áreas mais interiores do império luso, muito distante de Portugal, mas conectada com o mundo atlântico, com a Ásia e com a África.

Filhos de escrava no Império colonial Português: Regime jurídico e sua aplicação

Margarida Seixas

Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa

A condição jurídica da mãe (de liberdade ou de escravidão) sempre foi determinante – embora não absolutamente vinculativa – do regime jurídico dos filhos. Laborando um percurso sucinto pelo regime jurídico dos filhos e filhas da mulher escrava ao longo do tempo, pretende-se, em concreto, aferir quais as normas existentes no Direito Português sobre tal matéria entre os séculos XVI e XIX e em que medida estas eram ou não efectivamente aplicadas no Império Colonial Português. Serão alvo de análise mais pormenorizada – por trazerem significativas alterações de estatuto – a legislação pombalina e a lei da liberdade de ventre (1856).

O trabalho feminino nas feiras e mercados: Angola e as quitandeiras

Selma Pantoja

Universidade de Brasília

O tema aqui proposto pretende analisar a complexa e variada atividade de compra e venda, com laços de compadrio e maternal que uniam as mulheres que trabalhavam nas feiras e mercados nas regiões do Brasil e de Angola. São elas as vendedoras ambulantes, como quitandeiras, peixeiras, lavadeiras, carregadoras d'água. O foco tem incidido nos papéis de mediação, em torno das funções económicas desempenhadas pelas vendedoras, discutindo os seus lugares de fronteiras nas diferenças sociais, nas identidades de gênero, bem como, nas diferenças étnicas. As imagens dessas comerciantes com seus trajes, balaios, terrinas e tecidos, traduz um mundo ainda pouco conhecido do que foi a sociedade atlântica no contexto do tráfico de escravos. Poucos trabalhos académicos, sobre mercados e feiras, têm examinado a vida dessas mulheres de forma ampla, cruzando algumas localizações geográficas. A pesquisa sobre esse tema ressent-se de um mais acurado exame de como um particular conjunto de comportamento económico, encontrado mais globalmente em espaços urbanos distintos, são partilhado por práticas culturais locais e valores, especialmente aqueles pertinentes a gênero.

Culinária e Religião: resistência cultural afro-brasileira no século XIX

Zélia Bora

Universidade Federal da Paraíba

O processo de colonização dos espaços geográficos foi também um processo de conquista dos gêneros alimentícios e da culinária na nova terra. Muito embora, certos estudos insistam em caracterizar o que posteriormente denominou-se de culinária brasileira, como uma mestiçagem contínua de produtos e maneiras de fazer portuguesas, indígenas e africanas, pode-se verificar historicamente, que o processo de incorporação de certos alimentos e hábitos alimentares resistiram incorporação mesmo após a abolição, como foi o caso do Angu. Além de ser considerado um traço de identidade cultural, muitos alimentos foram considerados sagrados especialmente, os alimentos oferecidos aos Deuses do Candomblé. Tais alimentos, tornava possível completa integração da adepta a um mundo cujo discurso colonizador não possuía acesso, possibilitando a sua comunhão e liberdade

entre o plano físico e o plano sagrado. O presente trabalho, discute a correlação entre resistência feminina e poderes hegemônicos.

3. Literatura e Linguística no Feminino

Coordenadoras: Clara Sarmento (Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto) e Dalila Lopes (Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto).

A escrita autobiográfica e a adoção de uma dicção feminina: um retrato das cartas de Mariana Alcoforado

Betina Ruiz

Universidade de S. Paulo

Pretendo mostrar uma forma de olhar as cinco cartas de amor escritas pela religiosa portuguesa Mariana Alcoforado, natural de Beja, que viveu entre os anos de 1640 e 1723. O estilo, diverso em cada uma das cartas, será contemplado na análise exposta, bem como o conteúdo que as une. Darei atenção, também, aos traços que aproximam e aos que afastam Mariana Alcoforado da extremamente regrada literatura barroca, notável pelo requinte formal e pela agudeza. Apontarei e brevemente comentarei a importância da criação de objetos culturais herdeiros da obra de Mariana Alcoforado, tais como os livros *Novas cartas portuguesas* e *Mariana* e a peça teatral “Cartas portuguesas”, numa montagem brasileira do ano de 2005. Pretendo, após caracterizar a linguagem e o tema do texto verbal atribuído à freira, salientar as formas pelas quais ela tem sido vista e lembrada no contexto português e no estrangeiro, por obra de três intelectuais e parceiras na composição de poemas e de cartas, por obra de uma descendente de portugueses (Katherine Vaz, autora do romance acima referido) e na realização de um grupo de teatro do estado de São Paulo, chamado Teatro Curupira.

Representações do feminino nas *Cartas e Escritos de S. Francisco Xavier*

Clara Sarmento

Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto

As *Cartas e Escritos de S. Francisco Xavier* articulam as múltiplas vivências de um périplo que absorve toda a vida do seu autor. Aqui encontramos a mundividência, as idiosincrasias, os valores e categorias deste personagem excepcional do século XVI. O missionário raramente é neutral no seu discurso, mantém um objectivo inequívoco e omnipresente: a conversão dos povos e o estabelecimento da Companhia de Jesus.

Satélites deste objectivo essencial, encontramos as personagens que com Xavier se vão cruzando ou que ele convoca no seu discurso epistolar. Das *Cartas e Escritos* retiramos uma narrativa estruturada, com personagens que são sujeitos e/ou objectos da missionação, personagens adjuvantes e oponentes, personagens protagonistas e secundárias. Nos percursos e objectivos documentados nas *Cartas e Escritos*, qual é então o papel da mulher – “mulher” colectivo e “mulher” individual? Só aparente é a ausência da mulher na escrita de Xavier. Aparente e simplista também é a alegada misoginia do autor, tal como o será o seu “espírito profundamente conhecedor do coração feminino”, para citar Paulo Durão, em “As Mulheres no Epistolário de S. Francisco Xavier”, de 1952, único estudo até ao momento publicado sobre o tema.

Em linhas gerais, as quatro grandes categorias que retiramos das representações do feminino nas *Cartas e Escritos* são: a mulher europeia; a mulher convertida; a mulher de outra religião; e a mulher enquanto agente e objecto de pecado, classificação transversal às outras três categorias. Em todas estas categorias, encontramos diversas sub-categorias, todas elas dependentes dos contextos, circunstâncias e juízos de valor que o autor escolhe destacar e formular. Porém, a mulher não é apenas

mero objecto na atenção de Xavier. No sentido inverso, a mulher pode também ela determinar o papel que o Santo decide assumir, por vezes com imprevisível agilidade, conforme a categoria de feminino com que Xavier se depara, conforme a relação que estabelece com uma detentora de poder económico, político ou social; com uma convertida; com uma “desamparada”; ou com uma nativa.

Batalha contra o Silêncio: O Diário de Graciete Nogueira Batalha, Professora em Macau
Cristina Pinto da Silva
Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto

O livro de Graciete Nogueira Batalha, “*Bom dia, S’tora!*” é muito mais do que um relato do quotidiano de uma professora. Misturando episódios da sua vida privada e profissional com descrições de acontecimentos da história recente de Macau, o retrato que nos fica é o de uma cidadã atenta e de uma professora empenhada. Nesta comunicação analisarei, pecando por defeito, os excertos onde se vislumbra a docente, as suas dúvidas e certezas, as suas frustrações e vitórias. O antropólogo G. Condominas lembra-nos que “o exótico é quotidiano”; neste texto, o exotismo do local, das gentes e do clima será notório, mas talvez não central, já que as reflexões da autora nos transportam para a sala de aula de que todos fazemos, ou fizemos um dia, parte.

Ibiacaba e a exploração dos imigrantes suíços no Brasil
Helena Guimarães
Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto

O presente trabalho estuda Ibiacaba e a exploração dos imigrantes suíços no Brasil, denunciada por Thomas Davatz, em “Memórias de um Colono no Brasil” (1850). Este documento, de uma grande valia para a história sócio-económica do Brasil, serviu de inspiração ao romance de Eveline Hasler, “Ibicaba – Das Paradies in den Köpfen” (1988), em que é dado especial enfoque à exploração do trabalho de mulheres e crianças, trabalho que esta autora classifica como autêntica escravatura.

Through Female Voices: Colonial Women and the New Portuguese Novel
Isabel Ferreira Gould
University of Notre Dame, USA

This paper focuses on the new Portuguese novel and its representations of colonial women and colonial relations in Africa. The paper examines the interactions, alliances, and cultural negotiations between African women and European/Portuguese women colonizers. While examples will be drawn from the work of several Portuguese novelists, the paper will pay particular attention to the treatment of slave women and their role in the construction of colonial Cape Verde in Maria Isabel Barreno’s historical novel *O Senhor das Ilhas*. Maria Isabel Barreno’s work on colonial Africa is particularly important given that she is a major voice in women’s writing in Portugal.

Os colonos e a escravatura no Brasil: a necessidade de novas abordagens
Lúisa Langford
Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto

A partir do fim do tráfico transatlântico de escravos para o Brasil, em 1850, e da impossibilidade de auto-reprodução dos escravos no Brasil (lembro, aqui, as leis abolicionistas que

culminaram com a Lei do Ventre Livre, 1871, que estabelecia a cessação do nascimento de novos escravos), a elite dos senhores de escravos, especialmente os produtores de café do oeste paulista, passaram a procurar uma solução alternativa ao trabalho escravo. Encontraram-na, enviando para os países mais pobres da Europa, na altura Portugal, Itália, Suíça, etc. angariadores de colonos, dando origem a uma corrente migratória para o Brasil. Famílias inteiras e, por vezes, apenas jovens com pouco mais de 13 anos, mulheres e crianças, foram levadas para o Brasil, onde, na maioria dos casos, o “sonho de uma vida melhor” cedo se desmoronava, pois as condições de vida, pouco ou nada se distinguiam das dos antigos escravos. O livro de Thomas Davatz conta-nos a saga de um grupo de colonos suíços e o seu esforço por conseguir uma vida melhor. Completando esta contextualização sócio-económica da vida de muitos colonos no Brasil e em particular a experiência de colonos portugueses, referirei, também, exemplos retirados de outros autores, brasileiros e portugueses, que confirmam ser o tema do fim da escravatura a todos os níveis (etários e englobando ambos os sexos) no Brasil, um processo longo e complexo que se repercutiu até ao início do séc. XX.

Linguística no feminino: o português das mulheres timorenses

Maria João Marçalo

Universidade de Évora

Pretende-se contribuir para a descrição e identificação do português falado pelas mulheres timorenses bem como sobre o papel das práticas discursivas na criação da identidade social feminina em Timor.

Pré-feminismo no século XIX: Guiomar Torresão e sua baronesa

Monica Rector

University of North Carolina

Apesar da obra de Guiomar Torresão estar publicada quase na íntegra, “O fraco da baronesa” estava apenas listado no acervo da Biblioteca Nacional. Na seção de livros raros da Biblioteca Nacional de Lisboa, dentro de um volume dos Códices Alcobacenses encontrei um manuscrito, escrito a lápis, de Guiomar Torresão, que revela uma escrita pré-feminista. Por meio de humor e subterfúgios, a baronesa se impõe na sociedade de sua época. Farei uma análise deste aspectos originais desta abertura do caminho da mulher em sua luta para ocupar um lugar na sociedade portuguesa daquela época.

“O fraco da baronesa” é uma comédia original, em 1 (um) ato, de 9 (nove) cenas. Há apenas três personagens na obra: a baronesa, o barão e a criada Henriqueta. O manuscrito data de 1898. Encontra-se na Biblioteca Nacional de Lisboa, COD 12954, R 149876. No final do manuscrito, a autora usa didascália, isto é, instruções sobre a representação dramática dos atores, sobretudo com relação a gestos e posicionamento no palco e ilustra o mesmo.

Os relatos de viajantes estrangeiras do século XIX: o olhar feminino sobre a condição feminina no Brasil colônia

Teresinha Chaves

Universidade de São Paulo

A releitura da história do Império Ultramarino Português, invocada pelo contexto democrático que se instalou em Portugal, a partir de abril de 1974, descortinou o incógnito universo das mulheres colonizadoras, esquecidas pela historiografia tradicional. Tão importante abertura tornou possível conhecer essas notáveis mulheres (seu comportamento, seus sofrimentos físicos e mentais, seus desejos) e reconhecer sua participação na construção da vida sócio-cultural nas colônias.

Dentro do universo feminino das colônias portuguesas no Brasil, gostaríamos de destacar a literatura produzida por autoras de livros de viagem com suas impressões sobre a condição da viajante feminina (espaço socialmente atribuído aos homens) e sobre a condição da mulher que encontraram no Brasil. Para nossa abordagem, privilegiaremos algumas autoras viajantes europeias que estiveram de

passagem ou permaneceram no Brasil, obrigadas a acompanhar seus maridos, ou por vontade própria, jovens ou maduras, nobres ou plebéias, mas que acima de tudo foram atentas observadoras e escritoras da subalternidade feminina na colônia. Dentre elas indicariamos a Baronesa de Langsdorff, Maria Graham, Ida Pfeiffer, Rose de Freycinet e Ina Von Binzer.

4. Subalternidades Femininas e Comportamentos Culturais

Coordenadores: Isabel Pinto (Universidade do Porto) e Joseph Abraham Levi (Rhode Island College).

As mulheres e o processo de emancipação social

Abigail Silva

Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra

Observa-se hoje no mundo académico muitos estudos com o tema sobre a discriminação da mulher e étnica na sociedade brasileira. Algo importante desse processo é que estes estão sendo realizados pelos sujeitos, antes ausentes dessa dinâmica pelos próprios factores que hoje os estimula a produzir, a discriminação e o preconceito. O conceito de discriminação constitui um dos pontos centrais dos estudos no campo das relações raciais e de género, e sua quase totalidade versam a respeito da não expressividade dos negros no mercado de trabalho, sobretudo as mulheres negras, e as estratégias utilizadas para a manutenção dessa inexpressividade. O debate em torno dos mecanismos utilizados pela classe dominante brasileira e em particular na Bahia torna-se relevante para compreender as causas que mantêm esta lógica apesar do avanço dos movimentos de mulheres e étnicos. A inserção dessa população no meio urbano de forma desordenada, a necessidade de sobrevivência e consumo, e os apelos da média, criaram ilusões de pertencimento a um modo de vida muito distante da realidade local, incentivando mudanças de valor e comportamento. Estas mudanças, a partir do aumento dos níveis de escolaridade da população negra tem apontado para melhoria das condições de vida das mulheres, em especial as negras influenciando de forma considerável em sua auto-estima a partir da década de 80 quando os movimentos ligados a questão racial se organizam a nível nacional, no conjunto das lutas sociais contra a ditadura militar no Brasil, instalada em 1964. A discriminação e segregação racial do período colonial ainda presente no quotidiano dessa população adquirem outras formas de acção impondo de gerações a gerações a subalternidade das mulheres, subjugando-as e negando sua condição de sujeito histórico. Apesar da discriminação racial e social sofrida pelas mulheres afros-descendentes, este grupo étnico vem conseguindo romper gradativamente as barreiras e inserir-se no mercado de trabalho utilizando-se supostamente para contrapor esta situação da escolarização. O racismo no Brasil se desenvolve numa sociedade que contraditoriamente o nega pregando a cordialidade e miscigenação racial e perpetuando a invisibilidade social e política dos afros-descendentes, em particular das mulheres.

A conquista do espaço público: o protagonismo feminino nos séculos XVII e XVIII na esfera religiosa

Célia Borges

Universidade Federal de Juiz de Fora, Brasil

Vários estudiosos mostraram o grande movimento de renovação espiritual, que tomou conta da Península Ibérica, nos séculos XVI, XVII e até meados do XVIII. Muitas mulheres buscaram neste período exercer um papel religioso, quer como místicas, quer como visionárias, escritoras, agentes fundadoras de ordens religiosas, orientadoras espirituais, taumaturgas, etc.. As sociedades quinhentistas e seiscentistas da Europa Católica ainda acreditavam nos feitos maravilhosos e talvez, por isso mesmo, seguindo o clima instaurado pela Contra Reforma fizeram acentuar estas práticas.

Neste contexto, as grandes protagonistas foram as mulheres que, inseridas na cultura do seu tempo, responderam a estes anseios assumindo papéis sociais. O reconhecimento social e o prestígio conferido à pessoas reconhecidas em sua santidade impulsionaram tal movimento. Ao exercerem estes papéis elas procuraram conquistar um espaço público.

Fundamental para este movimento foi a difusão de livros, principalmente de devoção. Muitas religiosas, integrantes das ordens primeiras, investiram na leitura de obras de cunho hagiográfico, místico, contribuindo assim para a circulação de um ideário religioso em muitos mosteiros. É conhecido o investimento de Teresa d'Ávila para que seus mosteiros tivessem livros destinados a nutrir espiritualmente as suas monjas. A beata Jacinta de São José, seguidora da Santa de Castela no Brasil-Colônia do séc. XVIII, guiada pelos conselhos de sua orientadora espiritual, providenciou livros para a casa religiosa fundada no Rio de Janeiro. Em vários mosteiros as obras espirituais, além de consultadas, serviam de apoio nas buscas espirituais das mulheres e traçavam-lhes um modelo de identidade.

Iguais na lei, desiguais na comunidade: educação e a construção social da autoridade feminina em Timor-Leste

Daniel Schroeter Simião

Universidade Federal de Minas Gerais

Timor-Leste possui diferentes tradições locais para resolução de conflitos. Todas elas, porém, compartilham princípios comuns e possuem várias semelhanças processuais, sendo em geral designadas pela expressão *nahe biti* ou *tesi lia*. Historicamente tais práticas excluem as mulheres dos espaços de decisão, vedando-lhe muitas vezes até o direito ao uso da palavra em sessões de mediação e adjudicação. Contraditoriamente, Timor-Leste chegou a apresentar a mais alta taxa de participação feminina no parlamento entre os países do Sudeste Asiático (27% de mulheres eleitas), além de ter uma mulher como ministra das finanças, ter tido como titular do ministério da justiça uma mulher durante quase dois anos e de possuir várias juízas e promotoras de justiça em seus tribunais cuja autoridade é pacificamente aceita pelas mesmas comunidades que lhes vetam a participação em processos locais de resolução de disputas. A presente comunicação explora as raízes históricas do processo que levou, ao longo das últimas décadas do século XX, à construção de um cenário no qual mulheres desempenham funções chave no judiciário timorense, mas continuam interditas de exercer qualquer papel na operação de formas locais de resolução de conflitos. Para tanto, é fundamental compreender os diferentes acessos à educação feminina experimentados pelas mulheres timorenses nas últimas décadas, por meio dos quais uma camada urbana e letrada diferencia-se, ainda sob o regime da dominação colonial portuguesa, de grupos do interior. Tal diferenciação é acentuada ao longo do período de ocupação indonésia e ganha novos tons durante a construção recente do Estado timorense, nos últimos cinco anos. A questão se desloca então para compreensão os mecanismos de construção da legitimidade da autoridade feminina em funções da justiça de Estado. Este exercício de compreensão é feito por meio do cruzamento da bibliografia referente às formas locais de mediação e adjudicação com material de campo coletado entre 2002 e 2003 acerca das percepções locais das diferenças de gênero e de seu papel no acesso a espaços de tomada de decisão. Os dados analisados levam-nos a crer que as diferenças na legitimação da autoridade feminina são feitas sobre contrastes estruturais das sociedades timorenses que levam em conta o pertencimento destas mulheres a diferentes linhagens e posições geracionais, tanto no nível do Estado quanto no plano das aldeias.

As Dotadas do Recolhimento de Santa Clara da Bahia

Maria de Deus Manso

Universidade de Évora

Através deste estudo pretendemos reconstituir passos, vivências e trajetórias de mulheres que ingressaram no Recolhimento da Santa Casa da Misericórdia da Bahia (Brasil). A documentação analisada permite-nos compreender quer o papel do recolhimento na sociedade quer a mentalidade colonial face à mulher baiana.

A Mulher e o Ensino na cidade colonial angolana do século XIX

Francisco Soares

Universidade de Évora

Tomando como fontes os processos orfanológicos do século XIX guardados no Tribunal Provincial de Benguela pretende-se reflectir acerca do estatuto da mulher na cidade colonial angolana e eventuais diferenças face à cidade metropolitana.

A relação do político com o religioso e a construção da ordem feminina no Brasil no século XX

Giselda Brito Silva

Universidade Federal Rural de Pernambuco

A relação do político com o religioso chegou ao Brasil como projeto político de colonização portuguesa. Atuou em todo o período colonial e se estendeu até uma parte do império, quando então tivemos a separação do Estado com a Igreja, com a "desregulação estatal da religião", inscrita na Constituição de 1891. Com isso, o Estado brasileiro adquire autonomia em relação ao campo religioso ao qual estava vinculado, a Igreja Católica Romana. Essa separação, entretanto, não ocorre no campo da cultura e sociedade, posto que estamos falando de uma sociedade de cunho tradicional e católica em suas raízes desde os tempos da colonização portuguesa. Daí, o político sempre esteve ligado aos projetos que se propunham a manter os valores morais e tradicionais de uma sociedade conservadora. Nesse tipo de sociedade, o lugar da mulher era importante para manter uma estrutura social ligada ao campo da moralidade. Os discursos giravam em torno da defesa da honra, família e da moral cristã ameaçada pelo avanço das idéias modernas. Juntos, discursos religiosos e políticos conservadores defendiam a imagem de uma mulher no espaço privado do lar para o qual ela vinha sendo educada desde os primeiros tempos coloniais e que se reforçam na educação imperial. A família honrada era construída por uma mulher devota, do lar, ordeira, submissa e recatada. Em sua maioria, policiada pela Igreja através do confessor, essa mulher honrada deveria se limitar ao espaço privado e adotar determinados comportamentos sexuais tidos como reservados. Em nossa apresentação, procuraremos mostrar como esses discursos de manutenção de um dado modelo de mulher foram reacendidos na memória discursiva e social pelos movimentos católicos ligados aos movimentos políticos de direita nos anos após 1930, a exemplo da Ação Integralista Brasileira e da Ação Católica Brasileira e que não se dissociavam dos movimentos católicos portugueses da Primeira República.

Preparar para servir: instrução e educação feminina de pobres na Bahia (1850-1890)

Ione Celeste Jesus de Sousa

Universidade Federal de Feira de Santana

Nesta comunicação procuro rastrear as instituições de caridade e/ou de escolarização voltadas à formação ou ensino de ofícios de costureira, bordadeira, douradora ou *creada de servir*; as *casas de mestras* que ensinavam ofícios às pobres, aceitando muitas vezes meninas escravas. Também acompanhar jovens "pardas" admitidas ao Internato Normal de Senhoras, apontando que o magistério primário constituiu-se numa estratégia de inserção econômica às oriundas das camadas subalternas, no momento em que o feminino começou a ser chamado ao esforço de expansão do ensino elementar. A reflexão é que a Educação e Instrução dos pobres, diferenciadas quanto ao gênero, eram complementares em buscar formar trabalhadores subalternos no esgarçar da escravidão.

Fontes utilizadas: memorialistas; cronistas; romances; anúncios em jornais e almanaques sobre casas de mestra e aluguel de trabalhadores; ofícios e requerimentos de admissão ao Internato Normal de Senhoras; assentamentos de batismos; livros de óbitos; livros de casamentos; listas de alunas do Internato Normal de Senhoras; listas de pedidos e admissão às Casas de Caridade; Censo de 1872; Relatórios de Presidentes da Província.

Meandros da Subalternidade Feminina: quando o subalterno se torna senhor

Isabel Pinto

Universidade do Porto

Portugal foi desde tempos remotos um local de contacto e fusão de gentes de várias origens e culturas. Por essa razão, foi com naturalidade que no decorrer da expansão do império colonial português se originou o cruzamento entre os homens portugueses que chegavam a esses territórios e as mulheres locais.

Nas terras ocupadas, apesar dos casamentos realizados serem católicos, nem sempre por parte do homem se cumpria a fidelidade que a igreja preconizava, já que a conjuntura sócio-económica da época, caracterizada por um forte regime patriarcal e a existência de grande número de mão de obra escrava nas plantações e casas senhoriais, tornava demasiado acessíveis outras mulheres, levando por vezes ao nascimento de crianças filhas do senhor e das escravas.

As escravas “escolhidas” pelo senhor ou as que se “faziam escolher” através da malícia e sedução detinham o poder de manipular os afectos deste, tornando-se rivais da senhora não só nos sentimentos, mas também na capacidade de dar à luz os filhos do senhor, conseguindo por vezes a alforria dessas crianças e nalguns casos também a sua.

Escrava ou senhora, o homem sabe que é a mulher que detém o poder que faz dela a senhora da vida, submete-se a ele e acredita quando uma mulher lhe diz que vai ter um filho seu, que essa vida que ela transporta é também sua. Tem sido assim ao longo dos tempos e esse sentimento levou a que muitos homens, após o término de uma comissão de serviço nas ex-colónias portuguesas, trouxessem consigo filhos, fruto de romances breves e que os acompanhavam com o consentimento da progenitora. O facto de a mulher ser senhora da vida fá-la sentir-se responsável pelos seres a quem deu essa vida, optando por fazer o que considera melhor para eles, mesmo que essa decisão seja difícil e dolorosa, como demonstram alguns casos que apresentaremos. É nestes momentos que a mulher mostra verdadeiramente a força e o poder que possui e que esconde nos meandros da subalternidade feminina.

A mulher judia e cristã-nova no mundo lusófono: análises da sua contribuição a César e Deus (séculos XV-XX)

Joseph Abraham Levi

Rhode Island College

Usando como trampolim a situação histórico-política na qual os Sefardim, enquanto grupo étnico-religioso minoritário — porém primário e aliás indispensável para a sobrevivência e o bem-estar das economias dos reinos ibéricos, de Portugal à Catalunha — se encontravam desde as primeiras décadas do novo milénio até às graduais expulsões de muitos burgos e estados soberanos da Península (séculos XIII-XV), este estudo analisará a função crucial da mulher sefardita no seio das expansões europeias, desde as grandes descobertas geográficas dos séculos XV-XVI até às primeiras décadas do século XX.

Homens e mulheres de origem sefardita foram de facto indispensáveis no estabelecimento, mantimento e florescimento dos impérios europeus, novi-latinos assim como germânicos, em África, nas Américas, no Oriente e nas ilhas do Pacífico. Contudo, mais do que os seus correligionários varões, as mulheres sefarditas, judias a expressar a sua fé abertamente, assim como cristãs-novas, conseguiram — quer por fé quer por predisposição “étnica” ou talvez também por mera determinação individual/colectiva —, guardar não só os preceitos ancestrais judaicos, mas também foram um elo importante, às vezes o único, entre as culturas judeu-ibéricas das Diásporas e as sociedades nas quais se inseriram e afinal se assimilaram completamente, das Américas e da Ásia Extrema ao Médio Oriente, Magreb e à Europa, inclusivamente a própria Ibéria, como em casos de regresso e/ou de permanência (semi)ininterrupta em solo luso-hispânico.

As mulheres sefarditas foram portanto capazes de dar a César, nomeadamente, o vasto Império Português, aquilo que este precisava para sobreviver e prosperar, e a Deus, neste caso o Judaísmo normativo ou, como na maioria dos casos, a complexa cultura cripto-judaica das Diásporas,

aquilo que faltava desde as primeiras expulsões ibéricas do século XIII: um sentido de identidade étnico-religiosa capaz de unir gerações e vivificar a fé em si próprios enquanto comunidades sefarditas da Diáspora. Este estudo é portanto uma análise da presença da mulher sefardita no espaço lusófono — voz aliás pouco estudada ou até não conhecida plenamente — e das várias contribuições das mulheres de origem judaica ibérica à contínua, se bem que não sempre gloriosa, prosperidade económico-comercial do Império Português.

Gênero e notabilidade: Mulheres portuguesas imigrantes nas sociedades de beneficência do Brasil, 1854-1889

Larissa Chaves

Universidade de Vale do Rio dos Sinos, Rio Grande do Sul

Este artigo apresenta alguns resultados de uma pesquisa em andamento sobre as relações de gênero entre imigrantes portugueses constituintes das Sociedades Portuguesas de Beneficência, instituições assistenciais hospitalares de origem lusa, na segunda metade do século XIX. Será analisada uma amostra de relatórios e estatutos das instituições, nos estados brasileiros do Rio de Janeiro, Bahia e Rio Grande do Sul, que refere a estrutura institucional, eventos e representatividades, com atenção particular às relações de gênero. Não se trata de um estudo quantitativo sobre a presença de mulheres nas associações portuguesas, mas se pretende, através da análise de suas atuações em algumas situações emblemáticas, propor hipóteses sobre as suas estratégias de participação e evidência nas referidas instituições, num dos períodos de maior imigração para o Brasil.

A Mulher na Misericórdia de Macau

Leonor de Seabra

Universidade de Macau

D. Leonor, irmã do rei de Portugal, D. Manuel I, ficou como Regente do Reino na sua ausência e, a 15 de Agosto de 1498, inaugurou a Confraria de Nossa Senhora da Misericórdia. Em Macau, a Misericórdia terá sido fundada pelo Bispo jesuíta Belchior Carneiro, em 1569, que criou logo o Hospital dos Pobres, assim como um Lazareto para assitir aos leprosos, o Hospital de S. Lázaro. A partir daqui, outras obras assistenciais foram fundadas, incluindo instituições para protecção dos meninos desamparados, das órfãs, das viúvas, das mulheres “arrepentidas”, etc. Os frutos desta instituição fizeram-se logo sentir. Levantaram-se novos hospitais; melhoraram-se os já existentes e que lhe foram entregues; fundaram-se asilos para velhos e propagaram-se os orfanatos. Os pobres, em geral, eram atendidos, dispensando-se-lhes socorros materiais. Criou-se a assistência aos doentes no próprio domicílio. Instituíram-se dotes para as donzelas órfãs se casarem. Não se esqueceram os presos, os delinquentes, os condenados à morte, aos quais a Misericórdia estendeu a sua assistência espiritual, material e judicial.

A Santa Casa da Misericórdia foi a primeira instituição de caridade que se fundou em Macau, pois foi estabelecida antes mesmo de se erguerem igrejas de pedra e cal. E, ainda hoje, tem um importante papel na assistência aos necessitados, em Macau. Neste trabalho, pretendemos estudar o papel da Misericórdia de Macau na protecção da Mulher, desde a infância à idade adulta, nos seus diferentes aspectos.

Mendigas, santas e loucas, das ruas às clausuras: para uma compreensão sobre a condição feminina no Brasil (século XIX)

Marcos Antonio de Almeida

Universidade Católica de Pernambuco

“Mendigas, santas e loucas” são os resultados de uma curiosidade que deu frutos. Fui procurar uma coisa e encontrei outra, procurava franciscanos e encontrei os pobres. Entre um e o outro objeto, o elo que os unia era a prática da solidariedade. Um franciscano doando parte do seu salário de

professor a um Asilo indicava uma mudança de postura frente à “pobreza franciscana”, era ele quem dava e não mendigava. De outro lado, a sociedade baiana se confrontava com uma realidade crua e difícil. O abandono e a loucura que os Asilos tentavam remediar, fruto de uma sociedade em frangalhos. Essas necessidades geraram um tipo de rede solidária que lhes permitiu enfrentar certos desafios conforme as possibilidades que se apresentavam. Homens, mulheres e crianças estão aqui representados, porém a mulher parece ser o gênero mais atingido. Os resultados da pesquisa apontam para mulheres que estavam sempre à mercê dos infortúnios femininos. Das ruas às clausuras, elas têm de corresponder a um estereótipo que lhe foi imputado e sem o qual ela estava perigosamente ameaçada de ser penalizada. Para uma compreensão sobre a condição feminina no Brasil (século XIX) essa investigação surge como uma tentativa de conectar vidas esquecidas e histórias ainda não contadas de mulheres de todas as cores, de variados lugares, fazendo emergir temas como o de seus amores e de suas carências, dando-lhes uma nova chance, de um novo julgamento a respeito de suas opções, de seus anseios e sonhos.

Onde há galos podem cantar galinhas, 1964-1974: O contexto sociocultural feminino da última década do Estado Novo

Matilde da Conceição Estevens

Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Lisboa

A autora, até final da instrução primária, não realizara que no seu País, o Portugal dos anos sessenta do séc. XX, Homem e Mulher eram diferentes socialmente, sendo que tal distinção ultrapassava o mero campo biológico. Ao feminino era imposta, quase sempre, a obrigação de cumprir, sendo-lhe cerceados direitos fundamentais à sua dignidade (vg. acesso à instrução, trabalho fora de casa, frequência de certos locais). O homem, seu companheiro de jornada, era o senhor da liberdade, da rua e do “trabalho”. Cabia-lhe decidir sobre tudo. Porque assim era e assim sempre tinha sido: *onde há galos não cantam galinhas*.

Partindo do aduzido, fulcro de injustiças castradoras do feminino, indutoras de um desenvolvimento social em que nem sequer o homem beneficiava, apresenta-se uma proposta de reflexão sobre as características da sociedade portuguesa da última década do Estado Novo (1964-1974). As mudanças desse tempo, de natureza externa e interna, mas iterativas, foram tão profundas na sociedade portuguesa, que se poderão apontar como a gênese do que hoje é aqui o feminino: 1) Variável exógena, subjacente ao final da primeira guerra - mundial (1939 -1945): a reconstrução dos países devastados e o seu relançamento económico, que fez reconhecer a Portugal a insofismável verdade de que no novo contexto, economicamente só poderia sobreviver modernizando-se. 2) Variáveis endógenas: 2.1) O início da guerra colonial em Angola (1961), que reuniu as frentes da Guiné – Bissau e Moçambique, durante os três anos seguintes. 2.2) Uma grave crise económica interna geradora de um fluxo migratório, maciço, dos extractos sociais mais desfavorecidos: demandaram na Europa as “Franças”, “Suíças”, “Alemanhas” ou a “Holanda” e em menor grau as Américas (E.U.A e Canadá). Levou mais de um milhão de pessoas. 2.3) Reforma do sistema fiscal português – no imediato agudizou a crise económica. Racionalmente justificada pelo desajustamento do sistema em face do meio envolvente, vai permitir melhorar a arrecadação das receitas fiscais (1963 - Código da Contribuição Industrial) financiando a guerra colonial, que teria o seu termo já no pós 74.

A partir das situações relacionadas surgiu a ideia de realizar o estudo em título, para um universo feminino residente/trabalhador no distrito de Lisboa de então, da faixa etária dos 15-30 anos e tendo como habilitações académicas, ainda que incompletas o ensino técnico. É oriunda de extractos sociais baixos, sobretudo meio rural, operariado, pequena burguesia, funcionalismo e forças armadas. Pretende-se conhecer a projecção que teve na sociedade portuguesa (família, emprego, laços que se teceram – complementaridade, subserviência, dependência, impedimentos, carreira profissional e lazer). Nada poderia voltar a ser como antes. A jovem mulher portuguesa desse tempo cresceu praticamente só com crianças, adolescentes e velhos; amputada do masculino, noivo, marido, irmão, companheiro ou amigo, também ele obrigado a partir (para a guerra, como refractário ou para a *estranja*). Ela por força de tudo isso é obrigada a trabalhar fora de casa, que em regra acumula, em cada vinte e quatro horas com o desta, educação e assistência aos filhos e outra família; também aos estudos, consciencializada que fica de que pode progredir. Esta mulher a pioneira dos *nostros*

gloriosos sixties reconheceu que *onde há galos também podem cantar galinhas*, simplesmente por que juntos, homem e mulher, ambos podem fazer melhor.

Família, Mestiçagem e Estratégias Femininas de Sobrevivência em Pernambuco Colonial
Suely de Almeida
Universidade Federal Rural de Pernambuco

A luta da mulher contra os processos de opressão e dominação não é uma realidade apenas para o momento presente, pois, já no primeiro século de colonização portuguesa no Brasil encontramos referências sobre mulheres que lutaram pela sobrevivência, buscando através dos mais variados estratagemas garantir a sua sobrevivência e a de suas famílias. Foram mulheres que possuíam pequenos negócios e que conseqüentemente se expuseram em público para sustentarem suas casas em um período em que uma mulher honrada não ousava realizar nas ruas tarefas exclusivas do sexo masculino. Estas referências podem ser encontradas nos documentos inquisitoriais tanto para Bahia como para Pernambuco. Nestas fontes são referidas estalajadeiras, costureiras, tecedeira, vendedeira e mestra de ensinar moças. As mulheres pernambucanas do XVIII buscaram estratégias de sobrevivência procurando garantir a propriedade de ofícios pertencentes a membros masculinos falecidos de suas famílias e que tinham sido funcionários subalternos do Estado Português, como forma de encontrar uma saída para sua dependência, frente ao sexo masculino e a sociedade misógina de seu tempo.

Educação Feminina no Moçambique de 1968 a 1974
Teresa de Seabra
Escola Profissional de Desenvolvimento Rural de Grândola

Trata-se de um estudo de grupo, em contextos de média duração correspondente a um período de mudança sócio-cultural inserida numa mudança imperiosa da política colonial seguida: Educação ou Educações: a Educação Feminina Europeia e a Educação Feminina Africana; Importância das Missões, Colégios Religiosos e Instituições protegidas pelo Governo da Província Ultramarina de Moçambique, na Educação Feminina; Subalternidade Feminina: por imposição legal e por usos e costumes; Modelos de Comportamentos Culturais: A emancipação da Mulher; Mulher Mãe, Mulher Esposa, Mulher Trabalhadora = conjunção de forças. Evolução ou permanência? A Mulher como pilar económico e de unidade familiar numa sociedade masculina.

Mestiçagem e colonialismo em Moçambique, 1890/1940
Valdemir Zamparoni
Universidade Federal da Bahia

A discussão em torno do significado da mestiçagem racial – e/ou dos meios de se evitá-la – e o lugar dos mestiços (mistos, mulatos, etc.) foi ponto fulcral na constituição da ideologia e de prática colonial portuguesa desde a fixação de entrepostos em costas africanas no século XV até sua supressão em meados da década de 70 do século XX. A presente comunicação pretende apontar como, concretamente, se estabeleceram as relações raciais no Sul de Moçambique, e como o crescente racismo colonial branco afetou a formação dos próprios mestiços enquanto grupo social e suas relações cotidianas tanto com os brancos quanto com africanos fossem eles os tidos como *indígenas*, fossem os “mestiços culturais”, fenotipicamente, negros.

Comissão Organizadora

Coordenação Geral: Clara Sarmento (ISCAP)

Cristina Pinto da Silva (ISCAP)

Dalila Lopes (ISCAP)

Helena Guimarães (ISCAP)

Isabel Pinto (Faculdade de Letras do Porto)

Alexandra Albuquerque (Gabinete de Relações Internacionais do ISCAP)

Comissão Científica

Clara Sarmento (ISCAP)

Dalila Lopes (ISCAP)

Daniel Schroeter Simião (Universidade Federal de Minas Gerais)

Francisco Soares (Universidade de Évora)

Joseph Abraham Levi (Rhode Island College)

Maria de Deus Beites Manso (Universidade de Évora)

Selma Pantoja (Universidade de Brasília)

Suely Almeida (Universidade Federal Rural de Pernambuco)